



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS**

**CÂMARA SETORIAL DO AÇÚCAR E ÁLCOOL**

**MEMÓRIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

LOCAL: Térreo do Ed. Sede do MAPA, sala 07, Brasília-DF.

DATA: 12 de fevereiro de 2025

HORÁRIO: 14:30 às 17:00

**PAUTA**

1. 14:00 Abertura da Reunião - Presidente Pedro Campos Neto;
2. 14:05 Avisos da Secretaria - CGAC;
3. 14:10 Ações de garantias contra adversidades climáticas - Sr. Afrânio César, Presidente da CT Agricultura Sustentável;
4. 14:40 Panorama do clima no Brasil - Danielle Barros Ferreira (Inmet);
5. 15:10 Royalty variedades - Luís Gustavo do (MAPA);
6. 15:40 PL 715/23 - Deputado Zé Vitor
7. 16:10 Nr 15, anexo III, calor a céu aberto - Rodrigo Hugueney (CNA).
8. 16:40 Assuntos gerais;
9. 17:00 Encerramento

**Observações**

A reunião foi aberta com as boas-vindas do Presidente da Câmara, que agradeceu a presença dos participantes. Na sequência, foram apresentados a pesquisadora Alexandra Andrade, pesquisadora com projeto vinculado à Câmara, e Filippe André, o novo Secretário da Câmara, que sucede a Marcos Fernandes. Em seguida, foi ressaltada a necessidade de atualização da portaria de composição da Câmara, solicitando-se que as entidades informem eventuais mudanças em seus titulares e suplentes, com o procedimento sendo formalizado via e-mail pela secretaria.

**Temas abordados**

**1. Ações de garantias contra adversidades climáticas**

O Sr. Afrânio César, Presidente da Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação, abordou as ações necessárias para enfrentar as adversidades climáticas que afetam a produção agrícola. Ele destacou a crescente irregularidade na distribuição das chuvas, que, embora mantenham volumes anuais semelhantes, estão cada vez mais concentradas em períodos curtos, prejudicando o desenvolvimento das culturas. Para mitigar esses impactos, enfatizou a importância de políticas



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS**

**CÂMARA SETORIAL DO AÇÚCAR E ÁLCOOL**

públicas voltadas à segurança hídrica, incluindo a ampliação da irrigação e a construção de barramentos.

Ele também ressaltou a necessidade de desmistificar a visão negativa sobre o uso da água na agricultura, explicando que a irrigação é uma prática sustentável e fundamental para a segurança alimentar. No entanto, apontou desafios burocráticos enfrentados pelos produtores rurais, incluindo as dificuldades para obtenção e renovação de outorgas de uso da água e o recadastramento exigido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o que tem gerado insegurança no setor.

Para enfrentar esses desafios, Afrânio propôs a criação de um ofício conjunto entre as Câmaras Setoriais, solicitando ao Ministério da Agricultura mais recursos no Plano Safra destinados a ações de adaptação climática, com foco em infraestrutura hídrica. Além disso, sugeriu articular esforços junto ao Congresso Nacional para aprovar o Projeto de Lei que classifica a construção de barragens como de utilidade pública, facilitando o armazenamento de água para enfrentar períodos de seca.

## **2. Panorama do clima no Brasil**

Danielle apresentou um panorama climático nacional, destacando as adversidades enfrentadas em 2024, com secas atingindo o Centro-Sul, Centro-Oeste, Sudeste e desde a região Sul até o sul da Amazônia. Ela explicou que, embora o volume anual de chuvas tenha permanecido dentro da média histórica, sua distribuição foi irregular, com áreas que receberam chuvas acima da média e outras abaixo da média, concentrando-se em períodos curtos.

## **3. Royalty variedades**

A discussão sobre "Royalty variedades" foi conduzida por Silvia Mine Yokoyama, Tiago Balsalobre e Hermann Hoffmann. Eles explicaram que o grupo técnico de cultivares, composto por produtores de cana e programas de melhoramento, tem realizado diversas reuniões para discutir a extensão do prazo de proteção das cultivares de cana-de-açúcar de 15 para 25 anos, devido ao longo ciclo de desenvolvimento e uso das variedades.

Silvia destacou que, além do prazo de proteção, também está sendo discutida a ampliação da isenção para pequenos produtores. Ela demonstrou otimismo quanto à possibilidade de um acordo que contemple as demandas de todas as partes envolvidas. Em seguida, Tiago mencionou que as discussões avançaram significativamente e que o grupo está muito próximo de alcançar um consenso para apresentar ao setor.

## **4. Projeto de LEI 715/2023**



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS**

**CÂMARA SETORIAL DO AÇÚCAR E ÁLCOOL**

O Deputado Zé Vitor apresentou o Projeto de Lei 715/2023, que visa permitir que trabalhadores rurais temporários continuem a receber o Bolsa Família durante o período de trabalho sazonal, mesmo com carteira assinada. Ele explicou que a proposta busca reduzir a resistência ao registro formal desses trabalhadores, que temem perder o benefício ao aceitar empregos temporários. Zé Vitor destacou que o projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado, contando com o apoio do senador relator. Entretanto, mencionou que a discussão enfrentou um obstáculo devido ao entendimento do Ministério do Desenvolvimento Social, que demonstrou receio de que o projeto pudesse estimular trabalhadores a buscarem o Bolsa Família de forma inadequada. Para superar essa barreira, o deputado ressaltou a importância de articulações com o Senado para garantir a aprovação do requerimento de urgência e permitir a votação do projeto ainda antes da próxima safra. Além disso, reforçou a necessidade de mobilização do setor produtivo para apoiar a proposta junto aos parlamentares.

**5. Nr 15, anexo III, calor a céu aberto**

Rodrigo Hugueney apresentou o tema "Calor a Céu Aberto", destacando a preocupação crescente com o estresse térmico em atividades agrícolas, especialmente no Nordeste, onde a colheita e os tratos culturais ainda dependem amplamente de trabalho manual. Ele explicou que o calor extremo tem gerado discussões globais, mas poucos países possuem regulamentações sobre o tema. No Brasil, o debate ganhou força após o G20 de 2024, onde foram apresentados cenários internacionais, revelando que até mesmo países com clima quente, como Emirados Árabes e África do Sul, não possuem legislações específicas para lidar com estresse térmico ao ar livre.

Rodrigo abordou as normativas brasileiras, explicando que a NR 15 prevê insalubridade para calor apenas de fontes artificiais em locais fechados. No entanto, uma interpretação judicial ampliou o direito ao adicional de insalubridade para trabalhadores expostos ao calor a céu aberto, gerando incertezas para o setor agrícola. Ele ressaltou que, no Brasil, temperaturas acima de 25°C são comuns em praticamente todas as regiões, o que inviabilizaria muitas atividades agrícolas caso a norma fosse aplicada ao ar livre. Para embasar sua argumentação, apresentou dados que mostram que, em cidades como Cuiabá e Belém, as temperaturas permanecem acima desse limite em quase 100% do tempo.

Rodrigo também detalhou estudos realizados ao longo de cinco anos sobre a temperatura corporal de trabalhadores na colheita de cana, demonstrando que, quando devidamente hidratados, os trabalhadores não apresentam riscos significativos à saúde relacionados ao calor. Com base nesses estudos, ele defendeu que o foco da regulamentação deveria ser em medidas preventivas, como a oferta de água em condições adequadas, ao invés de adicionais de insalubridade. Finalizando sua apresentação, Rodrigo alertou sobre o impacto econômico da atual interpretação judicial, que poderia



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS**

**CÂMARA SETORIAL DO AÇÚCAR E ÁLCOOL**

inviabilizar várias atividades agrícolas no Brasil, e ressaltou a necessidade de mobilização do setor para discutir o tema junto aos órgãos reguladores.

Ao final, foi deliberado que será avaliada a necessidade de uma reunião extraordinária para aprofundar a discussão sobre o Projeto de Lei 715/2023, dependendo do avanço de sua tramitação no Senado. Além disso, ficou decidido que um ofício será encaminhado ao Ministro da Agricultura abordando os desafios enfrentados com a irrigação e a energia no setor agrícola, ressaltando a urgência de ações governamentais para mitigar os impactos das adversidades climáticas.

---

**Encaminhamentos**

<b>Encaminhamentos</b>	<b>Órgão Demandado</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Esperado</b>
Elaboração de ofício conjunto solicitando mais recursos para irrigação e investimentos em barramentos no Plano Safra	Ministério da Agricultura	Redigir e enviar o ofício	Afrânio e Presidente da Câmara Setorial	Imediato
Elaboração de ofício conjunto sobre desafios de outorgas e recadastramento da ANEEL	Ministério da Agricultura	Redigir e enviar o ofício	Afrânio e Presidente da Câmara Setorial	Imediato
Avaliação da necessidade de reunião extraordinária para discutir o PL 715/2023	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Açúcar e Alcool	Analisar e comunicar decisão aos membros	Presidente da Câmara Setorial	
Elaboração de ofício ao Ministro da Agricultura sobre os desafios enfrentados com a irrigação e energia no setor	Ministério da Agricultura	Redigir e enviar o ofício	Afrânio e Presidente da Câmara Setorial	Imediato

As gravações das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras.

As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>